

DO ATOR AO SUJEITO

Ainda Existe um Lugar Para uma Ação Coletiva Pelo Trabalho?

ANNE MARIE WAUTIER



contexto
educação

RESUMO

Discute as novas formas do metabolismo social na sociedade desmodernizada à luz da sociologia do sujeito, de Touraine. Os novos atores a combinarem experiência cultural pessoal e participação no universo da ação instrumental são os novos movimentos sociais. Sujeito, democracia e movimentos sociais compõem um tripé indissociável. Os movimentos são ações coletivas em favor da subjetividade e contra o Estado e o mercado, que dominam a instrumentalidade. O terceiro setor constitui uma experiência cultural pessoal com participação no universo da ação instrumental; trata-se de uma forma incipiente de resistência à racionalidade, ao mercado, à massificação; ator social emergente com perfil de sujeito.

Palavras-chave: *subjetividade, terceiro setor, movimentos sociais, democracia, solidariedade.*

Aceito para publicação em julho de 2001

DEL ACTOR AL SUJETO: ¿Existe todavía un lugar para una acción colectiva por el trabajo?

RESUMEN: *Se discuten las nuevas formas del metabolismo social en la sociedad desmodernizada a la luz de la sociología del sujeto, de Touriane. Los nuevos actores al combinar su experiencia cultural personal y su participación en el universo de la acción instrumental son los nuevos movimientos sociales. Sujeto democracia y movimientos sociales componen un trípode indisoluble. Los movimientos son acciones colectivas a favor de la subjetividad y en contra el Estado y el mercado, que dominan la "instrumentalidad". El tercer sector constituye una experiencia cultural personal con participación en el universo de la acción instrumental; se trata de una forma incipiente de resistencia a la racionalidad, al mercado, a la masificación; actor emergente con perfil de sujeto.*

Palabras-clave: *subjetividad, tercer sector, movimientos sociales, democracia, solidaridad.*

FROM ACTOR TO SUBJECT: there is still a place for collective action for work?

ABSTRACT: *It discusses the new forms of the social metabolism in the lagged society to the light of the sociology of the subject, from Touraine. The new actors to combine personal cultural experience and participation in the universe of instrumental action are the new social movements. Citizen, democracy and social movements make up an inseparable tripod. The movements are collective actions in favor of the subjectivity and against the State and the marketplace, that dominate the instrumentality. The third sector constitutes a personal cultural experience with participation in the universe of the instrumental action; it is about an incipient form of resistance to rationality, the market, standardizing; emergent social actor with citizen profile.*

Keywords: *social subjectivity, third sector, movements, democracy, solidarity.*

A compreensão dos problemas que enfrentamos na atual conjuntura econômica, política e social necessita sua contextualização numa problemática mais ampla: a transformação profunda e generalizada de “nosso mundo, nossa vida” (Castells, 2000). Fala-se da desintegração da sociedade industrial, dos riscos inerentes às consequências da modernidade (Giddens, 1991), de “demodernização” (Touraine, 1997) ou ainda, segundo Boaventura de Souza Santos, de “transição paradigmática” (Santos, 2000). Estas e outras são análises críticas valiosas, mas poucas apontam para concretas pistas de ação sem cair na utopia ou, pior, num retorno nostálgico a “tempos melhores”.

E ficamos, frustrados, com a mesma pergunta lancinante: como sair dessa? Como sair da insegurança gerada por um mundo caracterizado pela hegemonia do Estado e do mercado como pilares de regulação social contra o princípio de comunidade (Santos, 2000) ou, formulado de outra maneira, pela incomunicabilidade entre universo da racionalidade social e o da comunidade, entre o mundo da objetividade e o da subjetividade (Touraine, 1997)? Segundo Touraine, “os principais atores políticos de nosso futuro próximo não serão nem o cidadão, como na primeira modernidade, nem o trabalhador, como na sociedade industrial; eles serão, já estão presentes em todos os lugares onde indivíduos e grupos trabalham para combinar uma experiência cultural pessoal com a participação no universo da ação instrumental” (Touraine, 1997, p.359). A idéia do Sujeito seria, para ele, mediadora e criadora de um projeto de vida capaz de reconstruir “novas formas de vida coletiva e pessoal”, nos lugares investidos por estes atores políticos que são os novos movimentos sociais.

Mas o que entender por “movimentos sociais”? Quem são estes “atores”, este “sujeito”, capazes de reconstruir nosso mundo? Poderia, também, este ator emergente chamado de Terceiro Setor dividir o espaço com os movimentos sociais para o surgimento do Sujeito transformador?

Este trabalho pretende abordar, de maneira forçosamente superficial devido aos limites deste artigo, as novas formas de “metabolismo social” (Antunes, 2000) atuando na sociedade desmodernizada, à luz da sociologia do Sujeito de Touraine, lançando a hipótese da emergência de novos espaços de atuação do Sujeito que “movimentam” a sociedade, diferentes dos movimentos sociais: as organizações do Terceiro Setor.

ENTENDER OS CONCEITOS

1. *O ator*, por definição, é alguém que participa de maneira ativa, mas é também aquele que assume um papel. Estas duas facetas estão presentes na concepção sociológica do termo.

O ator aparece em todo o pensamento sociológico clássico, se bem que de maneiras diferentes. Primeiro, no seu papel social onde age desempenhando sua função como membro de um corpo. Ele age como expressão de consciências “associadas”, combinadas: a consciência coletiva, ideal da humanidade inteira que convém a todos os homens e fundamento da construção de uma sociedade moralmente ordenada e integrada. (Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*). O ator é social na medida em que interioriza as normas da sociedade. O individualismo é fortemente condenado, como fonte de egoísmo, levando à anomia. Em segundo lugar, o ator aparece como um agente que faz as escolhas mais racionais possíveis e cuja ação (que é uma conduta de cunho subjetivo) pode ser qualificada de social quando tem sentido e refere-se à conduta dos outros, até no conflito (exemplo dos dois ciclistas dado por Weber). A sociedade assimilada a um mercado, isto é, um espaço de relações e escolhas racionais. Enfim, o ator aparece como força produtiva, com capacidade de resistência na experiência coletiva, com capacidade de construção histórica e de ação revolucionária numa sociedade dividida em classes antagônicas pela divisão do trabalho e pela dialética da exploração-resistência, dominantes-dominados.

Em todos os casos, estamos em presença de um ator que se desenvolve numa sociedade identificada ao progresso humano, à modernidade. Em todos os casos, ator e sociedade são indissociáveis, pertencem um ao outro: “A separação do indivíduo e da sociedade é considerada uma patologia, um drama” (Dubet, 1994, p.50). O ator aqui é o sistema.

Mas “os atores sociais do passado tinham uma capacidade de ação limitada, porque ainda estavam mergulhados num mundo mais de reprodução do que de produção” (Touraine, 1996, p.223) e as mudanças ocorridas na modernidade vão pouco a pouco separar o ator e o sistema. A concepção do mundo herdada da democracia industrial entra em crise: o século XX vai testemunhar crises políticas (duas guerras pela primeira vez mundiais), crises econômicas (o

“crash” de 1929) e sociais (entre elas, o esgotamento do modelo de integração pelo Estado de Bem-Estar Social). Muda a representação que se tem da sociedade, onde a barbaria coloca em xeque a idéia do progresso (campos de concentração), onde o domínio da burocracia industrial e política reduz o ator ao papel de autômato (regime comunista, organização científica do trabalho reconvertida no fordismo), onde o Estado-Nação não é mais o único modelo de funcionamento social e não controla mais a totalidade do poder (criação da União Européia, fim do poder central dos estados em proveito do local), onde, enfim, as antigas solidariedades vão se apagando (movimento operário em declínio e triunfo do individualismo). Crise essa que não é o monopólio dos países do centro: presente também na periferia e na América Latina em particular onde se repercute no plano econômico pelo desmoronamento do modelo de desenvolvimento que tentava tornar compatível crescimento e democracia; no plano social pelo crescimento da pobreza e da exclusão; no plano político pela malograda tentativa de mudança social através de projetos revolucionários (Garretón, 1995).

Resumindo, o mundo não conseguiu garantir um desenvolvimento harmonioso e isento de riscos (meio ambiente, arma nuclear etc.). O desencantamento cria o distanciamento entre o ator e o sistema: o que virá a ser o ator? Individualismo ou procura de si mesmo? Como viver sua própria vida?

A reflexão sociológica acompanha este processo de crise. Enquanto para a sociologia institucional e positivista o ator é um objeto estatístico, para a Escola de Chicago ele vira “agente de informação” (Javeau, 1991, p.95) capaz de testemunhar uma cultura. O ator aqui não só age, mas dá sentido aos fenômenos. Sob a influência da fenomenologia e da antropologia, se redescobre o homem que pensa, que sente, que fala, que age. Se um tipo de ator morreu, um outro nasce: não mais na coerência, mas nas tensões e na diversidade de experiências vividas (Dubet, 1994). E após a era da “administração terrorista de questionários” (Javeau, 1991, p.102), se descobre o ator, individual ou coletivo, que no cotidiano vai se tornar capaz de questionar, de criticar, de se organizar de maneira mais autônoma, tomando distância do Estado, do mercado ou da coletividade. Segundo Touraine, a atitude primeira deste novo ator é, antes de ser a contestação, uma atitude de defesa frente a uma sociedade onde um Estado todo poderoso é “guia suprema de sua vida”. O ator

se põe contra o sistema e pode ter a capacidade “de se reconhecer e afirmar mais como produtor do que consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder” (Touraine, 1996, p.28).

Daí a importância dos movimentos sociais como atores coletivos que não sejam mais “servidores do partido ou dos intelectuais e, para além deles, do Estado” (id., p.81).

2. *O sujeito* costuma ser oposto ao objeto: pensa-se ser individual, capaz de ação e de conhecimento, em oposição àquilo que é dado, exterior, àquilo sobre o que se exerce a ação e o conhecimento. O Sujeito, aqui, é isso e um pouco mais...

Frente à “desmodernização”, à decomposição da sociedade caracterizada pela dissociação entre “universo instrumental e universo simbólico”, Touraine introduz a idéia de Sujeito como oportunidade de recomposição da vida social e política. Segundo ele, o Sujeito não é algo concreto, facilmente apreendido, não é “uma ‘alma’ presente no corpo ou no espírito dos indivíduos” (Touraine, 1997, p.78), como também não é um personagem. É mesmo uma “idéia” que “escapa a priori à categoria dos objetos empíricos” (Dubet, 1995, p.7).

Existe uma semelhança entre os conceitos de ator e Sujeito: o ator está impregnado da idéia do Sujeito. Encontramos entre eles a mesma idéia de distância em relação à organização da sociedade, mesma idéia de estranheza frente ao mundo social, mesma idéia também de desejo de tomar conta de si mesmo. A dimensão da reflexividade, como atitude crítica impregna ator e Sujeito. Touraine chega a falar de “Ator-Sujeito” (Touraine, 1997, p.102).

Entretanto, o Sujeito não é um ator social¹. A idéia de Sujeito dá a prioridade ao indivíduo, mesmo que seja ele bem concreto e definido como ator, enquanto o ator social “é definido por uma relação com outro ator, o que supõe uma definição de papéis, ... de normas” (id., p.105). O perigo é grande aqui de recair numa relação de identificação entre o ator e o sistema, o que precisamente é o terreno de estranheza, de luta do Sujeito: “A noção de Sujeito foi introduzida não para defender o mundo vivido contra a ação estratégica, mas para lutar contra a desagregação da vida social pelo mercado... O Sujeito se recusa a identificar a organização social ao mer-

cado e a identidade à comunidade” (id., p.105). O que se pode dizer, é que o Sujeito é a construção de si mesmo como ator, é uma disposição do indivíduo a ser ator social, em outras palavras: “o desejo de ser Sujeito pode transformar-se em capacidade de ser um ator social” (id., p.107).

Esta distinção estabelecida, ainda não fica esclarecido por inteiro o que é o Sujeito. Este combina várias dimensões. Em primeiro lugar, o Sujeito é a combinação entre dois universos contraditórios: os mercados internacionais de um lado, os nacionalismos do outro; o “mundo objetivado e o espaço da subjetividade”; a racionalidade instrumental versus comunidades; entre economia e identidade cultural: “A única maneira de rejeitar ao mesmo tempo o poder absoluto dos mercados e a ditadura das comunidades é de se colocar à disposição do Sujeito pessoal e de sua liberdade, lutando nas duas frentes...” (id., p.355). Em segundo lugar, o Sujeito é resistência ao desmembramento próprio: num “duplo desprendimento”, seja em relação ao modelo social dominante, seja em relação à comunidade quando instrumentalizada em vista do controle e da dominação. O Sujeito é liberdade, é recusa. Esta resistência não significa engajar-se em grandes lutas à serviço de um ideal, mas na luta para reivindicar “seu direito à existência individual”. Não se trata aqui de retorno nostálgico ao individualismo, mas do desejo de individuação, de subjetivação, isto é, de reconhecimento de si mesmo, de “rearticulação da instrumentalidade e da identidade, quando o indivíduo se define de novo por aquilo que ele faz, por aquilo que ele valoriza e pelas relações sociais nas quais está engajado” (id., p.82). Dito de outro jeito: é resistir para se tornar ator de sua própria história, dar sentido a suas próprias experiências, na busca da felicidade e no encontro do outro como Sujeito. Enfim, o Sujeito é reconstrução de uma certa concepção da vida social. Reconhecer o outro como Sujeito implica reconhecer ele com seu desejo de ser reconhecido no seu desprendimento e no seu projeto, ou seja, implica a “comunicação intercultural”. A reconstrução da vida social passa também pelo reconhecimento da necessidade de “proteções institucionais” para o Sujeito: instituições consideradas doravante como espaços de práxis, de liberdade e de comunicação. Seria, como diz Touraine, a instauração de uma política do Sujeito, que ele mesmo analisa no caso particular da educação. Reconstrução, enfim, que passa também pela vinculação da experiência pessoal com a ação coletiva: “A idéia de

Sujeito está presente em todo lugar onde se manifesta uma ação coletiva de construção de um espaço, ao mesmo tempo social, político e moral, e de produção da experiência individual e coletiva” (id., p.102). Nesta construção, é preciso partir do Sujeito pessoal para se chegar à democracia, passando pela comunicação intercultural. Com efeito: “o sujeito, a comunicação, a solidariedade são três temas inseparáveis, da mesma forma que liberdade, igualdade e fraternidade o foram na etapa republicana da democracia” (id., p.369). São eles que permitem a mediação entre os dois universos, trabalhando s sua reconciliação.

Mas o Sujeito não existe sem tormento: se por um lado, as relações entre sujeitos, fundadas no respeito, contribuem para formar uma “contra sociedade”, isto é, “uma associação voluntária de atores sociais resistentes a todas as lógicas impessoais do poder” (id., p.106), por outro lado, o Sujeito tem um aspecto frágil: a sua busca de felicidade na difícil articulação de sua experiência de vida pessoal (subjetivação) no campo social². Existe também este dilaceramento do “ser ou não ser” próprio ao Sujeito: rejeitando a religião – fora do mundo – por ser ele mesmo incrustado no mundo da realidade e da modernidade, sem por tanto aceitar o domínio da ciência e da razão: “o Sujeito não é nem ser eterno nem humanidade libertada pelo progresso, não é nem Deus nem homem” (id., p.115). O Sujeito, afinal, existe mais no sofrimento que no regozijo.

OS NOVOS ATORES POLÍTICOS

Os movimentos sociais: quem são eles?

Várias interpretações sociológicas são possíveis: para o funcionalismo, são uma disfunção do sistema pelo questionamento que fazem da ordem estabelecida. Para a teoria da “mobilização dos recursos” (C. Tilly), é uma ação coletiva em defesa de interesses individuais que mobiliza meios específicos para penetrar um sistema político. Enfim, para Touraine, que mais teorizou o assunto na sociologia de língua francesa, é uma ação que expressa um conflito entre atores e poder pelo controle de meios culturais e das grandes orientações da sociedade. Segundo Wieviorka, trata-se de três abor-

dagens que se completam porque combinam “dimensões de crise, de defesa de interesses específicos e de apelo ao controle da historicidade”³ (Wieviorka, 1995, p.210). Conflito e luta são então os eixos sobre os quais vão se construir os movimentos sociais.

Mas numa sociedade desmodernizada, os conflitos mudam, como também sua expressão nos movimentos sociais. Analisando a situação à luz do esquema teórico de Touraine⁴, se pode observar o que funda a mudança detectada atualmente (ou será nascimento, pergunta ele? (Touraine, 1997)) nos movimentos sociais. Em primeiro lugar o princípio de identidade: se ontem era essencialmente o movimento operário, hoje parece se diluir num apelo à subjetividade, à capacidade do ator de fazer suas escolhas. Em segundo lugar, o princípio de oposição: é difícil hoje de reconhecer um adversário social; a cada debate mudam os atores dominantes, os centros de decisão são dispersos, descentralizados e de difícil acesso. Enfim, o princípio de totalidade: é difícil encontrar um princípio de articulação numa sociedade dualizada. O “enjeu” aqui seria a abertura democrática às “demandas culturais mesmo as mais minoritárias” (Wieviorka, 1995, p.220).

Se na sociedade industrial os movimentos sociais visavam a ação política, os novos movimentos surgidos na década de 70 são apenas sociais, isto é, visando em prioridade influenciar a opinião pública⁵. E o que se tem hoje, num momento de aparente decomposição dos movimentos sociais, é uma maturação em volta de um novo conflito central: o conflito cultural “tão central hoje quanto o foram o conflito econômico da sociedade industrial e o conflito político que prevaleceu nos primeiros séculos de nossa modernidade” (Touraine, 1997, p.117). O movimento social se torna assim um “ator coletivo envolvido num conflito pela gestão social dos principais recursos culturais” (Touraine, 1996, p.224).

E se na sociedade industrial se podia considerar o movimento social como sujeito histórico, no sentido em que se referia à imagem de uma sociedade ideal, conquistada através de uma ação revolucionária, o que temos hoje é uma aspiração à democracia: “Os movimentos sociais, de qualquer espécie que sejam, carregam uma aspiração democrática. Eles procuram dar a palavra a quem não a tem, tentam suscitar a sua participação... enquanto as ações revolucionárias sonham sempre de purificação social.” (Touraine, 1997, p.151),

aspiração que remete diretamente à idéia do Sujeito, como princípio de ação dos movimentos sociais, completando assim o tripé indissociável: Sujeito, democracia e movimentos sociais.

Estas diferenças contextuais na constituição dos movimentos sociais e na sua ação, esta passagem do enfoque político ao enfoque cultural, marcam a diferença entre movimentos sociais e movimentos societais: mais do que um instrumento de pressão política, um movimento societal coloca em questão as próprias orientações da sociedade. O objetivo principal não é mais a criação de uma sociedade nova através de um grande movimento revolucionário (popular mas subordinado a uma elite pensante), mas sim colocar a ação coletiva ao serviço do Sujeito, “na sua luta contra os poderes que dominam o universo da instrumentalidade e da identidade” (id., p.122) e na luta para o domínio de si mesmo. O movimento societal une o projeto cultural à luta social e a luta travada é a da defesa do Sujeito contra o poder do mercado, mas também contra os perigos de integração comunitária, esta forma de volta ao paraíso perdido.

Os movimentos sociais podem revestir duas formas que se encontram bastante difundidas hoje: os movimentos culturais, que são uma ação coletiva de defesa cultural dos sujeitos, mas sem identificação de um adversário e sem luta clara (movimentos de mulheres, movimentos ecológicos e de defesa das minorias): são “movimentos de afirmação, mais do que contestação” (id., p.137). Outra forma são os movimentos históricos, centrados sobre a mudança e opondo os que sofrem as mudanças às elites, mais do que a uma classe dirigente. Estes movimentos podem se tornar assim um trampolim para a luta política de alguns, ou seja, instrumentos nas mãos deles, ou focos de defesa de direitos já adquiridos, como é o caso de muitos grupos na Europa, por exemplo: defesa dos direitos sociais, defesa dos consumidores ou direitos mais “particulares”, tais como a caça.

Estas duas formas de ação coletiva, se mais visíveis do que os próprios movimentos societais, não são movimentos societais: muitas vezes as reivindicações reforçam as desigualdades (de gênero ou de raça) ou ainda, os grupos com mais meios de luta têm mais capacidade de pressão (por exemplo, o lobby das armas de fogo nos Estados Unidos). O objetivo do conflito é muitas vezes mais a conquista de poder e não a luta contra o poder. O que identifica muitos

entre eles como “antimovimentos sociais” reduzidos ao interesse próprio e à eliminação dos adversários; nos casos extremos encontramos os movimentos de ideologia racista e/ou nacionalista. Os movimentos societais são sempre democráticos, associam “o apelo ao Sujeito à luta contra um adversário social”. O que define eles é “o vínculo que estabelecem entre orientações culturais e um conflito social que tem aspectos reivindicativos e políticos ao mesmo tempo que societais” (id., p.157).

Este quadro é flagrante no caso da América Latina onde um novo modelo socio-político está em fase de longa e difícil gestação, onde “já não se pode mais pensar em termos de sujeito único da história,... (onde) cada uma das dimensões da vida social reconhecem sujeitos e atores diferentes que, as vezes, podem até se opor” (Garretón, 1995, p.469). Isto significa o surgimento de novas formas de organizações que combinam globalidade e subjetividade, significa também a consolidação da sociedade civil, a não subordinação à lógica do Estado e a interlocução com os atores políticos: não se pode deixar de pensar aqui no movimento dos trabalhadores sem terra no Brasil (como um dos exemplos mais expressivos de um movimento que existe também em outros países).

O Terceiro Setor

Realidade de difícil conceituação, o Terceiro Setor costuma ser definido de maneira negativa: “non profit organizations” (NPO), organizações não governamentais (ONGs), Setor público não estatal. Entretanto, “tem se afirmado, nos últimos anos, a busca de uma definição positiva, valorizadora do que há de novo e significativo no fenômeno da participação dos cidadãos...: “organizações da sociedade civil” ou “organizações do Terceiro Setor” (Oliveira).⁶

O Terceiro Setor tem uma dupla origem: nasceu, na Europa e nos Estados Unidos, com os ideais democráticos e revolucionários do século XIX no intuito de “fortalecer a democracia e limitar o crescimento do poder governamental” (Tocqueville). Ele também é fruto da industrialização: como resposta a uma situação de crise (exploração dos trabalhadores); como alternativa para enfrentar os riscos do trabalho (saúde, acidentes, desemprego) não levados em conta

– ou pouco – pelo poder econômico e político; como solução para melhor repartir o alto custo da vida (cooperativas de abastecimento). Estas duas vertentes vão preparar o terreno para o surgimento do Estado de Bem Estar Social.

No final da década de 70, o questionamento ao qual está submetido o modelo de sociedade num contexto econômico e político em mudança e nela, em particular, o trabalho, vai também levar a uma reflexão sobre a democracia, sobre a responsabilidade social frente à exclusão, às crescentes demandas de fatias inteiras da sociedade, sobre o “interesse geral”. É nesta época que o termo “Terceiro Setor” é criado por John D. Rockefeller 3rd, no sentido de “invisible sector” entre negócios e governmentação, como “private nonprofit sector”.

Hoje, o Terceiro Setor se apresenta como ator social cuja missão seria a intermediação entre o econômico e o social, desenvolvendo formas plurais de trabalho e estratégias de socialização política. Apesar de se estender cada vez mais, ainda pode ser considerado emergente pela mobilidade e heterogeneidade de suas estruturas e formas de atuação. Abre-se aqui um novo campo de pesquisa para a sociologia: a sociologia econômica (Laville, 1994).

Tentando destacar a função do Terceiro Setor, diria-se que em primeiro lugar, ele tem uma função econômica mas sem fins lucrativos⁷:

- na produção de bens materiais (nas cooperativas, a economia “solidária”) e de bens simbólicos: nas associações de reivindicação social (associações de desempregados, por exemplo) e as associações de “expressão” (atividades culturais e esportivas).
- na produção de serviços: bancos populares, associações e ONGs vinculadas à saúde e educação, mutualidades...

Em segundo lugar, uma função social: na valorização dos particularismos como base de reconhecimento social, na diminuição da desigualdade pela inserção na comunidade e na responsabilização social e o engajamento “cidadão” (Vienney, 1994).

Os objetivos do Terceiro Setor são delimitados: satisfazer as necessidades básicas das coletividades, com ou sem intervenção do Estado (através de subsídios financeiros), pela geração de bens materiais e/ou simbólicos, e na interação entre atores múltiplos. Em

termos econômicos, significa contribuir à sobrevivência de determinados atores, pela geração ou repartição de renda e/ou contribuir ao desenvolvimento de determinado setor ou lugar através de estratégias de participação (cooperativas, fundações, mutualidades – Defourny, 1992). Em termos sociais, trata-se de lutar pela defesa de direitos fundamentais (saúde, educação, cultura, trabalho, qualidade de vida...) e pelo reconhecimento e construção da identidade de minorias marginalizadas (ONGs, associações).

Atores sociais presentes tanto nos países do Norte como do Sul, as organizações do Terceiro Setor têm um objetivo compartilhado: a procura de um desenvolvimento econômico e social sustentável, fundado numa história política e social própria. Na Europa, onde existe uma longa tradição de associativismo (desde a Idade Média, com ápice no século 19), o conceito abrange organizações tais como mutualidades, cooperativas, associações, numa lógica de Estado de Bem Estar Social (Vienney, 1994; Defourny, 1992).

Na América do Norte em geral, o termo de “economia social” ou “Terceiro Setor” é pouco usado, usando-se com mais frequência o vocábulo “non profit organizations”. Nos Estados Unidos, onde a tradição protestante põe um olhar diferente sobre o trabalho como valor, a filantropia empresarial foi na origem de fundações e outras formas de associações mais voltadas para a atividade voluntária (Fernandes, 1994). No Brasil, as diversas formas de associações se submeteram “à lógica integradora das grandes instituições nacionais” (Fernandes, 1994), inclusive a Igreja. O Terceiro Setor “está condicionado de muitas maneiras pelo Estado... mas não se “encaixa” nele. Ademais, não se estrutura pelos grandes eixos da divisão do trabalho” (id.). Encontramos nele: as formas tradicionais de ajuda mútua (inclusive igrejas e curandeiros), os movimentos sociais e associações civis (cooperativismo, economia informal), as ONGs, e a filantropia empresarial (Ioschpe, 1997). Aqui o Terceiro Setor, visto como processo dinâmico, privilegia os aspetos de cidadania e direitos humanos, embalados pelo processo de democratização do país, a partir do final da década de 70 e na base das expectativas nascidas nos anos 60.

O uso do termo “Terceiro Setor”, muito tempo ignorado, começa a ser reconhecido, principalmente nos meios acadêmicos. Partindo do postulado da desnaturalização e da desnormalização das

formas de conhecimento e de poder, Boaventura de Souza Santos aponta para a necessidade de abertura de novos espaços para novas lutas de resistência ao paradigma dominante, isto é, a reinvenção da emancipação social, da solidariedade, no multiculturalismo e na ação rebelde e subjetivada (Santos, 2000). Estas “utopias alternativas” concentram-se no espaço da produção e no espaço da cidadania, onde encontram-se as organizações do Terceiro Setor, que ele vai analisar: “Muito em geral poderá dizer-se que a emergência do terceiro setor significa que finalmente o terceiro pilar da regulação social na modernidade ocidental, o princípio de comunidade, consegue destronar a hegemonia que os outros dois pilares, o princípio do Estado e o princípio do mercado, partilharam até agora com diferentes pesos relativos em diferentes períodos.” (Santos, s.d.). Segundo ele, a questão do Terceiro Setor surge como contribuição à reforma do Estado, suscitada pela crise do Estado Providência, contribuição a sua nova forma política, como “amortecedor” das tensões. Quanto ao papel do Terceiro Setor, quatro debates são destacados: a “localização estrutural entre público e privado (quais são os limites entre eles?); a organização interna (democracia e participação: existe despotismo?); tipos de relações nas redes nacionais e transnacionais (fortalecimento do Terceiro Setor ou dependência?); enfim: relações com o Estado (complexas e instáveis: hostilidade ou distanciamento?). Nesta “reinvenção”, o Estado apareceria como o articulador heterogêneo e fragmentado de formas de organizações políticas mais vastas. A perspectiva aqui é política.

Uma outra perspectiva, essa econômica, é a de Ricardo Antunes. Este centra sua análise sobre a ordem imposta ao trabalho pela lógica capitalista, tanto do ponto de vista da materialidade do trabalho quanto da sua subjetividade, apontando para uma “degradação na relação metabólica entre homem e natureza” (Antunes, 2000, p.15). O trabalho como valor de troca se sobrepõe ao trabalho como valor de uso. A situação hoje é particularmente crítica: a crise do capital, a resposta neoliberal e a reestruturação produtiva afetam profundamente o mundo do trabalho, concretizando-se no debate sociológico sobre a centralidade ou não do trabalho na sociedade. Importa, segundo ele, não só entender o que está acontecendo, mas também criticar as formas de representação que se têm desta problemática. É neste quadro que Antunes vai abordar o Terceiro Setor, como “forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais

comunitário... abarcando atividades... sem fins diretamente lucrativos... à margem do mercado” (id., p.112). O autor discorda do papel de relevância dado a este tipo de empresas. Segundo ele, não representam nenhuma alternativa capaz de transformar a lógica do capital. Apenas ajudam a repor algumas perdas de postos de trabalho, cumprindo assim um papel de funcionalidade, sem mais. E ele usa repetitivamente os mesmos termos duros: “alternativa limitadíssima... equívoco enorme...” e completa: “quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação...” (id., p.114). Mas ele reconhece que elas preenchem algumas lacunas, têm uma certa expansão e têm “entretanto” merecido atenção e estudos em alguns países. Não cabe aqui, no quadro limitado deste artigo, rebater cada uma destas críticas nem sublinhar alguma incoerência por parte do autor, quando, em outro capítulo, ele cita os princípios constitutivos de um novo sistema de metabolismo social, tão parecidos com os que o Terceiro Setor confessa.

O objetivo é mostrar, a partir destas duas análises, o quanto o Terceiro Setor existe na ambigüidade: mal conhecido ainda, as vezes mal amado porque “diferente”, ele precisa ser abordado não apenas como objeto de estudo, reificado, mas como espaço onde acontece uma experiência de construção de si mesmo e de construção da vida social. Estes exemplos demonstram também o que faz a fragilidade deste setor: de um lado, pouco investigado ainda pelo mundo acadêmico, do outro, extremamente politizado.

O que caracteriza então o Terceiro Setor, é certamente a “ambigüidade conceitual” (Souza Santos, s.d.) mas também a busca de novas relações, de novas interações entre indivíduos e sociedade (Jerez, 1997). Atitude de distanciamento e defesa em relação ao sistema, capacidade de se afirmar, segundo os termos de Touraine, como “produtor de situação social”, são traços que configuram o Terceiro Setor como um novo ator social, ao mesmo título que um movimento social, mesmo que distinto deste em termos estruturais e organizacionais.

O TERCEIRO SETOR: Um Lugar Para a Emergência do Sujeito?

O Terceiro Setor: uma ação coletiva pelo trabalho

O Terceiro Setor é um fenômeno social que se revela sob uma multiplicidade de formas e um mosaico de iniciativas. Mas todas têm um ponto em comum: a procura de respostas aos novos riscos da sociedade moderna, fora dos canais tradicionais (Estado ou mercado). É um espaço onde se encontra de maneira declarada um projeto de mudança social através não só de projetos próprios (Jerez, 1997), mas também do trabalho específico: a coexistência do trabalho profissional e do trabalho voluntário. Aqui, assalariados “interagem com voluntários a serviço de projetos diversos.” (Laville, 1994). Em todas estas organizações, além das dimensões espaço (ocupação de um “território”), tempo (história e contexto de inserção) e estrutura (entre o público e o privado), destaca-se uma dimensão relacional: em todas ela *se trabalha*, seja de maneira remunerada ou não, integrando um projeto específico de sociedade.

Mas em que consiste este trabalho?

Na sociedade industrial, o trabalho tinha como objetivo principal de atender às necessidades vitais e à reprodução humana, ele também foi um fator essencial de progresso, representou o valor moral fundante da sociedade industrial e o vínculo mais legítimo do homem com o mundo. Mas por outro lado, esta época consagrou também a separação entre o trabalho e a vida. A racionalidade econômica sai da esfera privada para entrar na esfera pública: a necessidade é substituída pelo interesse. Segundo Gorz, a organização científica do trabalho industrial separa o trabalho do trabalhador como ser vivo. O trabalho se torna alienado e alienante, fato já sublinhado por Marx no Manifesto do Partido Comunista: “O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho leva o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário” (Marx, Engels, 1998, p.72). Fato também que, por suas conseqüências, alimentará a ação do movimento operário.

Na década de 70, o trabalho entra em crise. A partir de então, pelo menos no hemisfério norte, começa a se manifestar o divórcio entre o trabalho e as “aspirações à realização pessoal” e interesses culturais (Rousselet, 1974). Isto é: se desenvolvem cada vez mais atividades de trabalho, lazer e educação fora do mercado do trabalho. O trabalho, que começa a rarear, não é mais a única fonte de identificação para o homem, não é mais sua finalidade última (Francq, 1995). “O trabalho é o meio de se criar riquezas em geral e deixou de pertencer ao indivíduo como particularidade sua” (Morán, 1997). A consciência do trabalho fragmentado, do domínio das organizações, da invasão da vida pessoal pelo trabalho vão criar não só o sofrimento, mas a “alergia ao trabalho” (Rousselet, 1974). Questiona-se o trabalho na sua estrutura, no seu conteúdo, mas também como valor⁸, debate que vai morrer aos poucos com o aumento rápido e regular do desemprego. A reflexão ressurgiu hoje sob um outro aspecto: frente a este mesmo desemprego, o que fazer para manter o trabalho como criador de vínculo social e de solidariedade? Temos de um lado o trabalho fragmentando a vida no sofrimento, atividade produtiva e meio de sobrevivência (trabalho instrumentalizado, emprego) e do outro, a aspiração dele se tornar também realização pessoal e construção social (subjetividade⁹, identidade). A insatisfação e a resistência ao modelo de trabalho proposto, juntamente com o desemprego, o declínio do Estado Providência e das instâncias tradicionais de representação e defesa dos trabalhadores, leva a procurar novas formas de trabalho, novos espaços de realização pessoal e novos tipos de solidariedade. O que está em jogo aqui, é situar o trabalho entre atividade produtiva (emprego) e ocupação, conceituar ele como valor de troca ou valor de uso. Vários autores apontam os limites de uma solução puramente econômica aos problemas de uma sociedade exclusivamente fundada sobre o intercâmbio mercantil: talvez o trabalho não tenha apenas como finalidade fabricar mercadorias (Perret e Roustang, 1993), talvez o utilitarismo não seja o valor dominante (Godbout, 1998). Está na hora de repensar o trabalho e revalorizar a ocupação (Singer, 1998). Entre as alternativas apontadas: o trabalho solidário de utilidade social. Não se trata aqui de parar de trabalhar, mas trabalhar de um outro jeito, valorizando o que não tem valor objetivo: a vida pessoal, os vínculos sociais de tipo afetivo, o prazer de fazer e de agir onde o lucro é tão simbólico quanto material... (Laville, 1994).

Encontramos então uma outra concepção do trabalho, não apenas como racionalidade instrumental, meio de sobrevivência, mas também como trabalho subjetivado, criador de identidade e vínculos sociais, em contraposição ao trabalho fragmentado, herança do modo de produção capitalista. O trabalho como ação coletiva rima aqui com solidariedade.

O Terceiro Setor como Sujeito

Construído coletivamente como ator social, o Terceiro Setor se caracteriza por desenvolver seu trabalho no distanciamento em relação as organizações da sociedade: apesar de ser “privado porém público” (Fernandes, 1994), ele busca a legitimação através de ações em parte voluntárias, em parte profissionais, encontrando seus interlocutores na sociedade civil, às margens do público e do mercado. Nele encontramos trabalhadores sofrendo as conseqüências, pessoais ou sociais, da dissociação, ocorrendo hoje entre a racionalidade econômica e o apelo à solidariedade: desempregados, excluídos, mas também gente preocupada com a saúde, com a marginalização étnica ou religiosa, com uma produção limpa e mais justa etc.

Encontramos também no Terceiro Setor as três forças complementares que caracterizam a construção da identidade do Sujeito (Touraine, 1997, p.107). Em primeiro lugar, “o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário”. Apesar da diversidade das formas de ação, seja através do trabalho profissional e remunerado ou através do trabalho voluntário, o objetivo é um só: desenvolver a solidariedade e salvaguardar a dignidade das pessoas através de atividades que têm valor de uso. É o que acontece numa cooperativa popular que cria emprego mas cujo lucro é repartido de maneira igual ou reinvestido em atividades voltadas para a valorização dos próprios usuários (alfabetização, qualificação, material...). É o que acontece nas atividades desenvolvidas por uma “mutualidade” na maioria dos países europeus: valorização da saúde como direito fundamental da pessoa, cujo preço mínimo pago é reinvestido na qualidade do atendimento generalizado a toda população. Segunda característica do Sujeito: “a luta coletiva e pessoal contra os poderes que

transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria”. A proliferação das cooperativas populares, das ONGs e outras formas de atuação do Terceiro Setor fala por si mesmo. Todas elas, de uma maneira ou outra são voltadas para a oposição a uma forma de poder desestruturante da desmodernização. O melhor exemplo aqui talvez seja a amplitude tomada pelos protestos contra a lógica do mercado globalizado nas diferentes reuniões realizadas pela OMC ou o surgimento e o impacto criado pelo Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS) em janeiro de 2001. Enfim, “o reconhecimento interpessoal mas também institucional, do outro como Sujeito”. É o reconhecimento, não só do projeto da organização, mas também de quem trabalha nela, um trabalho valorizador, mas sobretudo valorizado: responsabilização, autonomia e criatividade, tal como pode se encontrar, por exemplo, nas ações desenvolvidas em associações de bairros, nas relações “frente a frente”, no reconhecimento do outro na sua diferença. É também o trabalho realizado em conjunto entre organizações diferentes ou com o apoio de meios de comunicações, como por exemplo as campanhas de solidariedade a favor dos doentes da AIDS, o dinheiro arrecadado indo para institutos de pesquisa.

Mas mesmo considerando que o Terceiro Setor se aproxima muito da idéia do Sujeito, não se deve esquecer também que ele é uma forma de resistência e de reconstrução da vida pessoal e social em construção, em movimento, e por isso mesmo, imperfeito. Não faltam estudos que apontam as deficiências desta fórmula: reprodução do modo capitalista de trabalho, integração mais do que oposição ao sistema, resposta parcial aos problemas sociais, influências políticas através de financiamentos, recuperação do trabalho voluntário pela ideologia neo-liberal etc... E parece mesmo que o tendão de Aquiles do Terceiro Setor é de ainda acreditar no sonho de uma sociedade ideal. Muitas vezes ainda, se coloca ao serviço de uma ideologia ou de um partido político, ao contrário do que, segundo Touraine, caracteriza um movimento societal, este princípio de ação da idéia de Sujeito.

Concluindo: com esta reflexão suscitada por uma frase bastante provocadora de Touraine e já citada (p.37): “Os principais atores políticos de nosso futuro próximo não serão nem o cidadão, como na primeira modernidade, nem o trabalhador, como na sociedade industrial; eles serão, já estão presentes em todos os lugares onde indivíduos e grupos trabalham para combinar uma experiência

cultural pessoal com participação no universo da ação instrumental”, talvez seja possível acreditar que entre estes lugares, alguns pertencem ao Terceiro Setor onde uma nova forma de ação coletiva está surgindo através de um trabalho reconstruído, reconciliado. No decorrer da reflexão, aparece que, de forma ainda incipiente, cheia de tropeços, está se constituindo uma força de resistência ao poder da racionalidade, do mercado, da massificação através de um ator social emergente com perfil de Sujeito: o Terceiro Setor, que parece configurar uma “ação coletiva de construção de um espaço, ao mesmo tempo social, político e moral, de produção da experiência individual e coletiva” (Touraine, 1997, p.102).

Mas a reflexão fica apenas esboçada: ainda tem muita coisa a dizer sobre um ator social que escapa a toda categorização, caracterizado que ele é pela diversidade, pela pluralidade de formas, pela multiplicidade de ações. O fenômeno gera curiosidade, interesse ou suspeita, provocando oposição ou entusiasmo, ilustrando assim sua qualidade de Sujeito potencial. É um campo aberto à pesquisa...

NOTAS

- ¹ Touraine,1997; Garretón,1995; de maneira mais implícita: Dubet, 1994. NB: Para Touraine, 1997 e Dubet, 1994 e 1995, paginação da edição francesa e tradução minha.
- ² Definido por Touraine como “um combate permanente entre uma lógica poder – organização e uma lógica que vai do Sujeito à instituição” numa entrevista dada a Jean Louis Laville e Armand Touati, na revista “Cultures en Mouvement”. (s.d.)
- ³ Historicidade, “isto é, a capacidade que uma sociedade tem para construir as suas práticas a partir de modelos culturais e através dos conflitos e dos movimentos sociais” (Touraine,1996, p.11)
- ⁴ Combinação e interdependência dos três princípios de identidade, oposição e totalidade.
- ⁵ Trata-se dos movimentos ecológicos, antinucleares, de defesa do consumidor, ou em prol da liberação sexual (mulheres, homossexuais).
- ⁶ Encontram-se no primeiro setor as organizações do setor público estatal, e no segundo setor, as empresas do setor privado, na sua lógica de mercado.

- ⁷ O conceito “não lucrativo” não deve ser entendido num sentido restrito. Nenhuma organização, mesmo filantrópica, poderia sustentar-se apenas de ideal e boa vontade. O termo significa, de maneira muito mais realista, que não há redistribuição de dividendos entre os membros do conselho de administração ou entre os cooperados, uma vez que todo superávit deve ser reinvestido em prol da missão da organização: novos projetos, novas contratações, qualificação dos membros etc.
- ⁸ Rousset, A alergia ao trabalho (1974); Adret, Trabalhar duas horas por dia (1977); Durand, O trabalho encadeado (1978).
- ⁹ Para tornar bem clara a discussão: entende-se por subjetivação uma postura crítica (o ator que se torna sujeito, desejo de encarar a própria história); subjetividade é o fundamento da experiência pessoal, própria a um indivíduo (mas não é individualismo).

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. (ed. orig. 1996). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEFOURNAY, Jacques; MONZÓN CAMPOS, José L. (eds.) *Économie Sociale*. Entre économie capitaliste et économie publique. Bruxelles: Ciriéc, De Boeck, 1992.
- DUBET, F., *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FRANCQ, Bernard. A propos de la Démocratie Industrielle: engagement et dégageement du sujet. In: Colloque de Cerisy. Sous la direction de François Dubet et Michel Wieviorka. *Penser le Sujet*. Autour d'Alain Touraine. Paris: Fayard, 1995.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. Transformations sociopolitiques en Amérique Latine: Post-autoritarisme, modernité et acteurs sociaux. In: Colloque de Cerisy. Sous la direction de François Dubet et Michel Wieviorka. *Penser le Sujet*. Autour d'Alain Touraine. Paris: Fayard, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. (ed. orig. 1990). São Paulo: Unesp, 1991.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

GORZ, André. *Métamorphoses du travail. Quête de sens*. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *Terceiro Setor*. Desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAVEAU, Claude. *La société au jour le jour*. Ecrits sur la vie quotidienne. Bruxelles: De Boeck Université, 1991.

JEREZ, Ariel (Coordinador). *¿Trabajo voluntario o participación?* Elementos para una sociología del Tercer Sector. Madrid: Tecnos, 1997.

LAVILLE, Jean Louis (sous la direction de) *L'économie solidaire*. Une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MARX e ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998

MORÁN, Agustín. El futuro del trabajo, el empleo y el sector voluntario. In: JEREZ, Ariel (Coordinador). *¿Trabajo voluntario o participación?* Elementos para una sociología del Tercer Sector. Madrid: Tecnos, 1997.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações: um fenômeno recente, massivo e global*. <http://idac.rits.org.br/protag> 09/05/2000

PERRET, B.; ROUSTANG, G. , *L'économie contre la société*. Affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle. Paris: Seuil, 1993.

ROUSSELET, Jean. *L'allergie au travail*. Paris: Seuil, 1974.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: *Proposta*, n.72, março-maio de 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000. Vol.1. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática.

_____. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. s.l., s.d.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor*. (ed. orig.1984). Ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. *Pourrons-nous vivre ensemble?* Egaux e différents. Paris: Fayard, 1997.

VIENNEY, Claude. *L'économie Sociale*. Paris: La Découverte, 1994.

WIEVIORKA, Michel. Plaidoyer pour un concept. In: Colloque de Cerisy. Sous la direction de François Dubet et Michel Wieviorka. *Penser le Sujet*. Autour d'Alain Touraine. Paris: Fayard, 1995.